

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 512.784 - GO (2019/0154484-1)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : LUDMILA RORIZ**  
**ADVOGADO : LUDMILA RORIZ - GO042922**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS**  
**PACIENTE : MARCOS PEREIRA LIMA (PRESO)**

## **EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. ROUBO MAJORADO. EXCESSO DE PRAZO. JULGAMENTO DA APELAÇÃO QUE NÃO HAVIA OCORRIDO QUANDO DA IMPETRAÇÃO DO *WRIT*. SUPERVENIÊNCIA DE ACÓRDÃO APRECIANDO O RECURSO. AUSÊNCIA SUPERVENIENTE DE INTERESSE DE AGIR. PEDIDO PREJUDICADO.

## **DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de MARCOS PEREIRA LIMA, apontando como Autoridade Coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

Consta dos autos que o Paciente foi condenado, como incurso no art. 157, § 2.º, inciso II, do Código Penal, à pena total de 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa, sendo-lhe negado o direito de recorrer em liberdade (fls. 17-19).

Irresignada, a Defesa interpôs recurso de apelação.

Neste *writ*, alega a Impetrante, em síntese, a existência de constrangimento ilegal, consubstanciado no excesso de prazo para o julgamento da apelação, esclarecendo que o seu recurso foi distribuído no Tribunal de origem em dezembro de 2018.

Requer, liminarmente, que o Paciente possa aguardar o desfecho da ação penal em liberdade. No mérito, pleiteia "*que o recurso de Apelação seja colocado em julgamento no prazo regimental sem mais delongas e a fim de evitar mais prejuízos*" (fl. 11).

O pedido liminar foi indeferido às fls. 68-69.

As informações foram prestadas às fls. 76-82 e 90-100.

# Superior Tribunal de Justiça

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ* (fls. 84-86).

É o relatório. Decido.

De acordo com as informações prestadas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, a Apelação Criminal n.º 51778-47.2018.8.09.0100 foi julgada em 23/07/2019. Dessa forma, não há mais interesse na tramitação do presente *writ*, impetrado anteriormente à apreciação da via de impugnação interposta na origem.

Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO o pedido de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora

